



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

TRIBUNAL DE CONTAS SICM/SSM
Fls. 001642
Rub.: 0

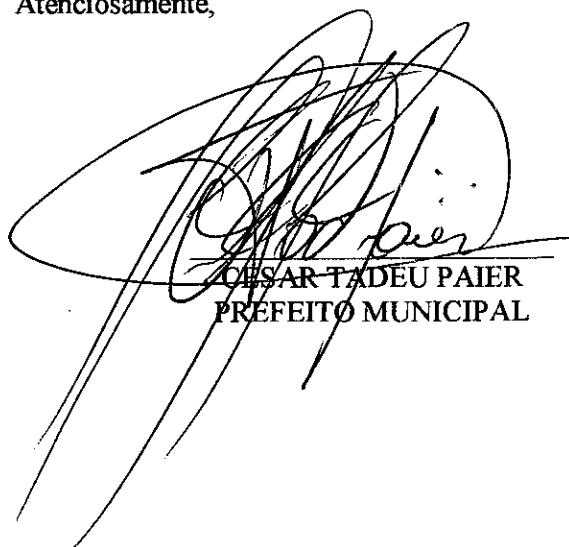
OF. Nº. 03/09, BARRA DO GUARITA – RS, 06 de Janeiro de 2009.

AO SETOR DE COMPRAS:


Venho por meio deste, solicitar a aquisição de combustível em caráter emergencial para uso junto aos veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Barra do Guarita para manutenção dos serviços básicos e essenciais ao prosseguimento dos trabalhos da administração municipal. E desde já solicito que seja efetuado a pesquisa de preços dos referidos combustíveis para posterior aquisição.

Sendo o que tinha para o momento, despeço-me.

Atenciosamente,


CESAR TADEU PAIER
PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA - RS







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

TRIBUNAL DE CONTAS SICM/SSM
Fls. 001643
Rub.:

COMUNICADO INTERNO

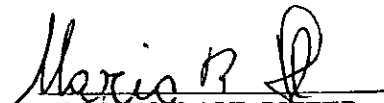
**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
MÁRIO RAUL PIFFER**

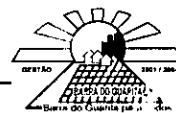
PARA: GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: COMBUSTÍVEL

Comunico a Vossa Excelência que no dia 06 de janeiro de 2009 os tanques de álcool combustível, gasolina e de óleo diesel não possuíam nenhum litro dos referidos combustíveis em estoque.

Barra do Guarita - RS, 06 de Janeiro de 2009.


MÁRIO RAUL PIFFER





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

TRIBUNAL DE CONTAS SICM/ASM
Fls. 001644
Rub.:

COMUNICADO INTERNO

**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
MÁRIO RAUL PIFFER**

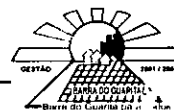
PARA: GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: COMBUSTÍVEL

Comunico a Vossa Excelência que no dia 06 de janeiro de 2009 os tanques de álcool combustível, gasolina e de óleo diesel não possuíam nenhum litro dos referidos combustíveis em estoque.

Barra do Guarita - RS, 06 de Janeiro de 2009.

MÁRIO RAUL PIFFER





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

Estado do Rio Grande do Sul
PREF. MUN. DE BARRA DO GUARITA

PUBLICADO

EM: 03 MAR. 2009

No Quadro Mural Oficial da
Prefeitura Municipal.

Ass. Responsável

SIG. ASSM

Fls. 00 645

Rub.: 0

DECRETO EXECUTIVO Nº 008/2009, de 03 de março de 2009.

do Rio Grande do Sul
PREF. MUN. DE BARRA DO GUARITA
PUBLICADO

03 MAR. 2009

No Quadro Mural Oficial da
Prefeitura Municipal.

Ass. Responsável

**DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL,
CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE
EMERGÊNCIA TODA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO
AFETADA COM FALTA DE ÁGUA.**

CESAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e pelo Art. 17 do Decreto Federal nº. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e pela Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil

CONSIDERANDO, a prolongada falta de água que atinge o Município de Barra do Guarita, com a quebra da produtividade de varias culturas agrícolas de verão, bem como a produção leiteira e fruticultura;

CONSIDERANDO o vendaval ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2009.

CONSIDERANDO, que como consequência deste desastre, resultaram principalmente os prejuízos econômicos e sociais constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO, a falta de água potável para o consumo de inúmeras famílias barritenses, bem como a escassez de água para o trato dos animais;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível III;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de Situação Anormal provocada pela falta de água prolongada e caracterizada como Situação de Emergência em toda a Área Rural do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste município, comprovadamente afetadas pela estiagem conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real deste desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo granizo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

TRIBUNAL DE CONTAS SICM/SSM
Fls. 001646
Rub.:

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se às autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecimento no Art. 5º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 11 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em local inseguro.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência por um prazo de 90 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo de vigência do presente decreto pode ser prorrogado até completar o máximo de 180 dias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2009.

Registre-se e Publique-se
Em 03/03/2009.


CESAR TADEU PAIER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 46.317, DE 22 DE ABRIL DE 2009.

Homologa Situação de Emergência no município de Manoel Viana.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o § 1º do artigo 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

considerando a condição climática adversa, verificada no Município, caracterizada como estiagem, que resultou em danos e prejuízos, devidamente documentados nos Formulários de Avaliação acostados ao Expediente e constatados pelo Órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual;

considerando que de acordo com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 1999, Conselho Nacional de Defesa Civil, o nível de intensidade do desastre foi de grande porte (nível III);

considerando a ocorrência de danos humanos, além de prejuízos econômicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Decreto nº 004, de 27 de janeiro de 2009, expedido pelo Prefeito Municipal de Manoel Viana, que declara Situação de Emergência em toda a área rural do Município.

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao Município afetado pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do ato declaratório do respectivo Prefeito Municipal, devendo vigorar pelo prazo de noventa dias.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 22 de abril de 2009.

Registre-se e publique-se.

TERCEIRO JOEL PRATES PEDROSO
Chefe da Casa Militar,
Coordenador Estadual da Defesa Civil

YEDA ROBERTO CRUSTUS,
Governadora do Estado.

DECRETO Nº 46.319, DE 22 DE ABRIL DE 2009.

Homologa Situação de Emergência no município de Caçapava do Sul.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o § 1º do artigo 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

considerando que a persistência das condições climáticas adversas, verificadas no Município, caracterizada como vendavais ou tempestades, que resultou em danos e prejuízos, devidamente documentados nos Formulários de Avaliação acostados ao Expediente e constatados pelo Órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual;

considerando que de acordo com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 1999, Conselho Nacional de Defesa Civil, o nível de intensidade do desastre foi de médio porte (nível II);

considerando a ocorrência de danos humanos e materiais, além de prejuízos econômicos e sociais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Decreto nº 2328, de 23 de fevereiro de 2009, expedido pelo Prefeito Municipal de Caçapava do Sul, que declara Situação de Emergência em toda a área urbana do Município.

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao Município afetado pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do ato declaratório do respectivo Prefeito Municipal, devendo vigorar pelo prazo de noventa dias.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 22 de abril de 2009.

Registre-se e publique-se.

TERCEIRO JOEL PRATES PEDROSO
Chefe da Casa Militar,
Coordenador Estadual da Defesa Civil

YEDA ROBERTO CRUSTUS,
Governadora do Estado

DECRETO Nº 46.318, DE 22 DE ABRIL DE 2009.

Homologa Situação de Emergência nos municípios de Barra do Quarteiro e Vista Gaúcha.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o § 1º do artigo 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

considerando a condição climática adversa, caracterizada como estiagem, que resultou em danos e prejuízos, devidamente documentados nos Formulários de Avaliação acostados ao Expediente e constatados pelo Órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual;

considerando que de acordo com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil, o nível de intensidade dos desastres foi de médio porte (nível II);

considerando a ocorrência de danos humanos, além de prejuízos econômicos e sociais.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os Decretos Municipais expedidos pelos respectivos Prefeitos Municipais, como segue:

Expediente nº	Município	Decreto Municipal nº	Prazo	Área
2189-08.01/09-5	Barra do Quarteiro	008/2009, de 03 de março de 2009	Noventa dias	Em toda a área rural do Município.
2146-08.01/09-7	Vista Gaúcha	030/2009, de 28 de março de 2009	Noventa dias	Em toda a área rural do Município.

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar aos Municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar dos atos declaratórios dos respectivos Prefeitos Municipais, devendo vigorar pelos prazos indicados no artigo 1º.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 22 de abril de 2009.

Registre-se e publique-se.

TERCEIRO JOEL PRATES PEDROSO
Chefe da Casa Militar,
Coordenador Estadual da Defesa Civil

YEDA ROBERTO CRUSTUS,
Governadora do Estado.

Casa Civil do Gabinete da Governadora

Subchefia Administrativa

BOLETINS

BOLETIM 056/09

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 1º, parágrafo 3º do Decreto nº 42.150, de 19 de fevereiro de 2003, RELOTA na Secretaria Extraordinária da Irrigação e Usos Múltiplos da Água, um (01) cargo em comissão/função gratificada de Assistente III, padrão CCE-6, RL 01 0801 3 006 0382, vago, anteriormente lotado na Casa Civil do Gabinete da Governadora.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos dos artigos 23 e 24 da Lei nº 10.395/95, combinados com o artigo 3º da Lei nº 5.786/98, NOMEIA ROSILENE FERNANDES DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Assistente III, padrão CCE-6, RL 01 0801 3 006 0382, na Secretaria Extraordinária da Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Gabinete da Governadora, em primeiro provimento, devendo perceber a gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), nos termos do artigo 19 da Lei nº 10.386/95.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 1º, parágrafo 3º do Decreto nº 42.150, de 19 de fevereiro de 2003, RELOTA no Gabinete da Governadora, uma (01) função de Assessor, padrão AS-6, RL 01 0801 4 006 0245, vaga, anteriormente lotada na Secretaria da Fazenda.

O SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO ADJUNTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 2623-08.01/09-2, e consoante o disposto no art. 2º, inciso III, do Decreto nº 40.879/01, CONSIDERA AUTORIZADO o afastamento, em objeto de serviço, do servidor JEFFERSON BOTTIN BERNARDES, Id. Func. 2927799/01, lotado na Secretaria Geral de Governo, quando viajou a Brasília/DF, no período de 14 a 15/04/09, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens inerentes ao respectivo cargo, com direito a 1,5 (uma e meia) diárias regulamentares.

O SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO ADJUNTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 2824-08.01/09-5, e consoante o disposto no art. 2º, inciso III, do Decreto nº 40.879/01, CONSIDERA AUTORIZADO o afastamento, em objeto de serviço, da servidora ANA MARIA JUNG, Id. Func. 2927268/01, lotada na Secretaria Geral de Governo, quando viajou a Brasília/DF, no período de 14 a 15/04/09, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens inerentes ao respectivo cargo, com direito a 1,5 (uma e meia) diárias regulamentares.

**DECRETO EXECUTIVO Nº 045/2009, de 29 de setembro de 2009.**

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA, PARTE DA URBANA E RURAL, AFETADA POR ENCHENTE DO RIO URUGUAI E DO RIO GUARITA.

CESAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e pelo Art. 17 do Decreto Federal nº. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e pela Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil

CONSIDERANDO, a grande quantidade de chuva na região, provocando o a elevação dos níveis de água do Rio Uruguai e do Rio Guarita, atingindo as áreas ribeirinhas do município de Barra do Guarita, deixando famílias desabrigados, causando danos nas estradas e pontilhões;

CONSIDERANDO, que como consequência deste desastre, resultou principalmente os prejuízos econômicos constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO, a perda de móveis e roupas atingidas pela enchente dos Rios Guarita e Rio Uruguai;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível II;

DECRETA:

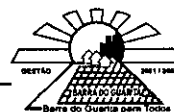
Art. 1º - Fica declarada a existência de Situação Anormal provocada por **ENCHENTE** e caracterizada como Situação de Emergência nas áreas ribeirinhas do município de Barra do Guarita, urbana e rural.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta situação de anormalidade é válida da parte da área urbana e de parte da área rural deste município, comprovadamente afetadas pela estiagem conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real deste desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo granizo.


PARÁGRAFO ÚNICO: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

TRIBUNAL DE CONTAS
SICM/SSM
Fls. 001649
Rub.: 

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se às autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I – penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecimento no Art. 5º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em local inseguro.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência por um prazo de 90 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo de vigência do presente decreto pode ser prorrogado até completar o máximo de 180 dias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009.

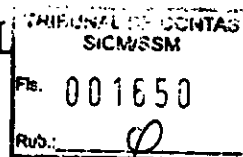
Registre-se e Publique-se
Em 29/09/2009.

CESAR TADEU PAIER
Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita



DECRETO EXECUTIVO Nº 22/2010, de 30 de abril de 2010.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PARTE DA AREA URBANA E PARTE DA AREA RURAL DO MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA, AFETADA POR ENCHENTE DO RIO URUGUAI E DO RIO GUARITA.

CESAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e pelo Art. 17 do Decreto Federal nº. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e pela Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil

CONSIDERANDO, a enchente ocorrida no dia 27.04.2010, provocando a elevação dos níveis de água do Rio Uruguai e do Rio Guarita, atingindo as áreas urbanas e rurais do município de Barra do Guarita, deixando famílias desabrigados, causando danos nas estradas e pontilhões;

CONSIDERANDO, que como consequência deste desastre, resultou principalmente os prejuízos econômicos constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO, a perda de móveis e roupas atingidas pela enchente dos Rios Guarita e Rio Uruguai;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível II;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de Situação Anormal provocada por **ENCHENTE** e caracterizada como Situação de Emergência e parte urbana e rural município de Barra do Guarita, urbana e rural.

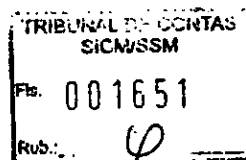
PARÁGRAFO ÚNICO: Esta situação de anormalidade é válida da parte da área urbana e de parte da área rural deste município, comprovadamente afetadas pela enchente conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real deste desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pela enchente..



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita



PARÁGRAFO ÚNICO: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se às autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecimento no Art. 5º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em local inseguro.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

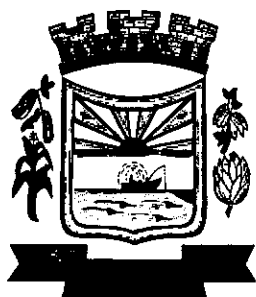
Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência por um prazo de 90 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo de vigência do presente decreto pode ser prorrogado até completar o máximo de 180 dias.

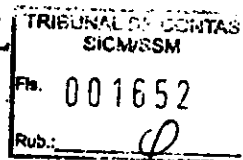
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2010.

Registre-se e Publique-se
Em 30/04/2010.

CESAR TADEU PAIER
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita



DECRETO EXECUTIVO Nº 41/2010, de 28 de julho de 2010.

DECLARA PRORROGADO A SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PARTE DA ÁREA URBANA E PARTE DA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA, AFETADA POR ENCHENTE DO RIO URUGUAI E DO RIO GUARITA, INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 22/2010.

CESAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e pelo Art. 17 do Decreto Federal nº. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e pela Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil

CONSIDERANDO, que a situação de anormalidade não ter sido restabelecida, em função da enchente ocorrida no dia 27.04.2010, provocando a elevação dos níveis de água do Rio Uruguai e do Rio Guarita, atingindo as áreas urbanas e rurais do município de Barra do Guarita, deixando famílias desabrigados, causando danos nas estradas e pontilhões, será prorrogada a situação de emergência decretada pelo Decreto nº 22, do dia 30 de abril de 2010.

CONSIDERANDO, que em consequência do desastre, os prejuízos principalmente econômicos não foram sanados, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO, que os danos causados nas estradas e pontilhões não foram recuperados;

CONSIDERANDO, a perda de móveis e roupas atingidas pela enchente dos Rios Guarita e Rio Uruguai;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível II;

CONSIDERANDO, que o Decreto nº 22/210, de 30 de abril de 2010, tem como ultimo dia válido hoje.

DECRETA:

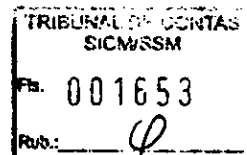
Art. 1º - Fica declarada a prorrogação de Situação Anormal provocada por **ENCHENTE** e caracterizada como Situação de Emergência em parte urbana e rural município de Barra do Guarita, urbana e rural.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta situação de anormalidade é válida da parte da área urbana e de parte da área rural deste município, comprovadamente afetadas pela enchente conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real deste desastre.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita



Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pela enchente..

PARÁGRAFO ÚNICO: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se às autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I – penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecimento no Art. 5º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em local inseguro.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência por um prazo de 90 dias.

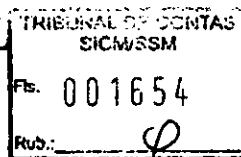
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2010.

Registre-se e Publique-se
Em 28/07/2010.

CESAR TADEU PAIER
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita



DECRETO EXECUTIVO Nº 46/2009, de 30 de novembro de 2009.

**DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL,
CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE
EMERGÊNCIA EM TODAS AS ÁREAS DO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA, AFETADA POR
VENDAÍAS E TEMPESTADES.**

CESAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e pelo Art. 17 do Decreto Federal nº. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e pela Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil

CONSIDERANDO, os vendavais e tempestades que atingiram o município no dia 30 de novembro de 2009;

CONSIDERANDO, que como consequência deste desastre, resultaram danos humanos, danos materiais e prejuízos econômicos constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível II;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de Situação Anormal provocada por **VENDAÍAS E TEMPESTADES** e caracterizada como Situação de Emergência em todas as áreas do município de Barra do Guarita afetadas pelo desastre.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta situação de anormalidade é válida para toda a área urbana e rural do município de Barra do Guarita, comprovadamente afetadas pelo vendaval conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real deste desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo vendaval.

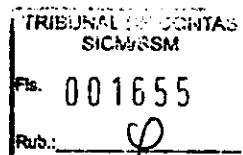
PARÁGRAFO ÚNICO: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Rua Sobradinho, 09, CEP 98.530-000 - CNPJ: 94.726.312/0001-20

Tel.: (55) 3616 1010 / 1025 - e-mail: pmguarita@smo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita



Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se às autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I – penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecimento no Art. 5º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em local inseguro.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência por um prazo de 90 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo de vigência do presente decreto pode ser prorrogado até completar o máximo de 180 dias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2009.

Registre-se e Publique-se
Em 30/11/2009.

CESAR TADEU PAIER
Prefeito Municipal

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar aos Municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar dos atos declaratórios dos respectivos Prefeitos Municipais, devendo vigorar pelos prazos indicados no artigo 1º.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 29 de dezembro de 2009.

YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Registre-se e publique-se.

Cel JOÃO BATISTA GIL
Chefe da Casa Militar.

DECRETO Nº 46.860, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Homologa Situação de Emergência nos municípios de Barra do Guarita e Vale Verde.

Fls. 001656
Rub.: 9

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o § 1º do artigo 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

considerando a condição climática adversa, caracterizada como enchentes ou inundações graduais, que resultou em danos e prejuízos, devidamente documentados nos Formulários de Avaliação acostados ao Expediente e constatados pelo Órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual;

considerando que de acordo com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil, o nível de intensidade dos desastres foi de médio porte (nível II);

considerando a ocorrência de danos humanos e materiais, além de prejuízos econômicos,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os Decretos Municipais expedidos pelos respectivos Prefeitos Municipais, como segue:

Expediente nº	Município	Decreto Municipal nº	Prazo	Área
9644-08.01/09-0	Barra do Guarita	045/2009, de 29 de setembro de 2009	Noventa dias	Em parte das áreas rural e urbana do Município
9726-08.01/09-0	Vale Verde	806/2009, de 27 de novembro de 2009	Noventa dias	Em toda a área rural e parte da área urbana do Município

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar aos Municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar dos atos declaratórios dos respectivos Prefeitos Municipais, devendo vigorar pelos prazos indicados no artigo 1º.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 29 de dezembro de 2009.

YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Registre-se e publique-se.

Cel JOÃO BATISTA GIL
Chefe da Casa Militar.

DECRETO Nº 46.859, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Homologa Situação de Emergência nos municípios de General Câmara e São Paulo das Missões.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o § 1º do artigo 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

considerando a condição climática adversa, caracterizada como vendavais ou tempestades, que resultou em danos e prejuízos, devidamente documentados nos Formulários de Avaliação acostados ao Expediente e constatados pelo Órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual;

considerando que de acordo com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil, o nível de intensidade dos desastres foi de médio porte (nível II);

considerando a ocorrência de danos humanos e materiais, além de prejuízos econômicos,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os Decretos Municipais expedidos pelos respectivos Prefeitos Municipais, como segue:

Expediente nº	Município	Decreto Municipal nº	Prazo	Área
9676-08.01/09-0	General Câmara	058/2009, de 16 de novembro de 2009	Noventa dias	Em toda a área rural e parte da área urbana do Município
9662-08.01/09-8	São Paulo das Missões	068/2009, de 30 de novembro de 2009	Noventa dias	Em toda área rural do Município

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar aos Municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar dos atos declaratórios dos respectivos Prefeitos Municipais, devendo vigorar pelos prazos indicados no artigo 1º.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 29 de dezembro de 2009.

YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Registre-se e publique-se.

Cel JOÃO BATISTA GIL
Chefe da Casa Militar.

DECRETO Nº 46.861, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui, no âmbito da Secretaria das Obras Públicas, uma Força Tarefa para atuar na agilização dos problemas causados pelos recentes eventos climáticos, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso VII, da Constituição do Estado,

considerando a necessidade de haver máxima celeridade no equacionamento dos prejuízos ocasionados pelos recentes eventos climatológicos registrados no Estado;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, pelo prazo de cento e oitenta dias, no âmbito da Secretaria das Obras Públicas, uma Força Tarefa com a finalidade de atuar na agilização dos problemas causados pelos recentes eventos climáticos, devendo para tanto, contar com os respectivos recursos humanos e materiais.

Art. 2º - A Força Tarefa de que trata este Decreto será composta por dois motoristas com habilitação no transporte de materiais e cargas perigosas, bem como dois engenheiros florestais.

§1º - Aos integrantes da Força Tarefa serão concedidos os devidos registros de mérito funcional, nos termos do artigo 263 da Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994.

GOVERNO DO ESTADO DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO LXVIII

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2010

Nº 109

CERTIFICADO
RESPONSABILIDADE
SOCIAL



2004 / 2005 / 2006 / 2007 / 2008

www.corag.rs.gov.br
Edições completas desde junho de 1935

ATOS DA GOVERNADORA

DECRETO Nº 47.262, DE 10 DE JUNHO DE 2010.

Homologa Situação de Emergência no município de Barra do Guarita.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o § 1º do artigo 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

considerando que a persistência das condições climáticas adversas, verificadas no Município, caracterizada como enchente ou inundações graduais, que resultaram em danos e prejuízos, devidamente documentados nos Formulários de Avaliação acostados ao Expediente e constatados pelo Órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual;

considerando que de acordo com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 1999, Conselho Nacional de Defesa Civil, o nível de intensidade do desastre foi de médio porte (nível II);

considerando a ocorrência de danos humanos e materiais, além de prejuízos econômicos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Decreto nº 22/2010, de 30 de abril de 2010, expedido pelo Prefeito Municipal de Barra do Guarita, que declara Situação de Emergência em parte das áreas rural e urbana do Município.

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao Município afetado pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do ato declaratório do respectivo Prefeito Municipal, devendo vigorar pelo prazo de noventa dias.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 10 de junho de 2010.

YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Registre-se e publique-se.

Ten. Cel. MARCO ANTONIO OLIVEIRA QUEVEDO
Chefe da Casa Militar.

DECRETO Nº 47.263, DE 10 DE JUNHO DE 2010.

Homologa Situação de Emergência no município de Vicente Dutra.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o § 1º do artigo 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

considerando as condições climáticas adversas, verificadas no Município, caracterizada como vendavais ou tempestades, que resultaram em danos e prejuízos, devidamente documentados nos Formulários de Avaliação acostados ao Expediente e constatados pelo Órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual;

considerando que de acordo com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 1999, Conselho Nacional de Defesa Civil, o nível de intensidade do desastre foi de médio porte (nível II);

considerando a ocorrência de danos humanos e materiais, além de prejuízos econômicos e sociais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Decreto nº 010/2010, de 25 de março de 2010, expedido pelo Prefeito Municipal de Vicente Dutra, que declara Situação de Emergência em toda a área rural e parte de área urbana do Município.

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e que, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º - Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC - sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao Município afetado pelo desastre, mediante prévia articulação com o Órgão de Coordenação do Sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do ato declaratório do respectivo Prefeito Municipal, devendo vigorar pelo prazo de noventa dias.

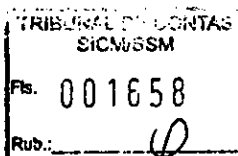
PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 10 de junho de 2010.

YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Registre-se e publique-se.

Ten. Cel. MARCO ANTONIO OLIVEIRA QUEVEDO
Chefe da Casa Militar.

ANÚNCIO
INSTITUCIONAL

**PORTARIA Nº 293, DE 5 DE MAIO DE 2010**

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Granizos.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos Municipais de Feliz, Nº 2.413, de 16 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.829, de 18 de dezembro de 2009; Herval, Nº 092, de 28 de setembro de 2009, Homologação Nº 46.903, de 14 de janeiro de 2010 e Linha Nova, Nº 678/2009, de 19 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.830, de 18 de dezembro de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de granizos, a situação de emergência nos municípios referentes aos processos a seguir: Feliz, Nº 59050.000512/2010-11; Herval, Nº 59050.000506/2010-56 e Linha Nova, Nº 59050.000499/2010-92, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais, nas áreas afetadas conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos, constantes dos referidos processos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 294, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Vendavais.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos de Balneário Pinhal, Nº 036/09, de 23 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.825, de 18 de dezembro de 2009; Coronel Barros, Nº 1.284, de 13 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.828, de 18 de dezembro de 2009; Nova Petrópolis, Nº 191/2009, de 14 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.831, de 18 de dezembro de 2009; Palmares do Sul, Nº 4.287, de 23 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.832, de 18 de dezembro de 2009; Passo do Sobrado, Nº 076, de 18 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.834, de 18 de dezembro de 2009; Santo Antônio da Patrulha, Nº 789, de 23 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.835, de 18 de dezembro de 2009 e São José do Hortêncio, Nº 33, de 16 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.836, de 18 de dezembro de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de Vendavais ou Tempestades, a situação de emergência nos municípios referentes aos processos a seguir: Balneário Pinhal, Nº 59050.000508/2010-45; Coronel Barros, Nº 59050.000496/2010-59; Nova Petrópolis, Nº 59050.000505/2010-10; Palmares do Sul, Nº 59050.000503/2010-12; Passo do Sobrado, Nº 59050.000501/2010-23; Santo Antônio da Patrulha, Nº 59050.000497/2010-01 e São José do Hortêncio, Nº 59050.000498/2010-48, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais, nas áreas afetadas conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 295, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Enchentes.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos Municipais de Barra do Guarita, Nº 045/2009, de 29 de setembro de 2009, Homologação Nº 46.860, de 29 de dezembro de 2009; Cacequi, Nº 2.189, de 24 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.827, de 18 de dezembro de 2009; Pareci Novo, Nº 952, de 18 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.833, de 18 de dezembro de 2009; São Sebastião do Cai, Nº 3.113, de 28 de setembro de 2009, Homologação Nº 46.837, de 18 de dezembro de 2009; Três Corras, Nº 2.367, de 28 de setembro de 2009, Homologação Nº 46.852, de 29 de dezembro de 2009 e Triunfo, Nº 1.780/2009, de 30 de novembro de 2009, Homologação Nº 46.839, de 18 de dezembro de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enchentes, a situação de emergência nos municípios referentes aos processos a seguir: Barra do Guarita, Nº 59050.000511/2010-69; Cacequi, Nº 59050.000502/2010-78; Pareci Novo, Nº 59050.000513/2010-58; São Sebastião do Cai, Nº 59050.000507/2010-09; Três Corras, Nº 59050.000509/2010-90 e Triunfo, Nº 59050.000504/2010-67, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais e nas áreas afetadas, conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos, constantes dos referidos processos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 296, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Brundópolis-SC.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto Nº 051, de 15 de outubro de 2009, do Município de Brundópolis, devidamente homologado pelo Decreto Nº 2.725, de 28 de outubro de 2009, do Estado de Santa Catarina,

e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo Nº 59050.000430/2010-69, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de granizos, a situação de emergência, no Município de Brundópolis, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 15 de outubro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 297, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Chapadão do Lageado-SC.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto Nº 065/2009, de 20 de novembro de 2009, do Município de Chapadão do Lageado, devidamente homologado pelo Decreto Nº 2.821, de 10 de dezembro de 2009, do Estado de Santa Catarina,

e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo Nº 59050.000380/2010-10, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de granizos, a situação de emergência, no Município de Chapadão do Lageado, nas áreas afetadas, conforme o Formulário de Avaliação de Danos, constante do referido Processo, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 20 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 298, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Piratuba-SC.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto Nº 058/2009, de 01 de outubro de 2009, do Município de Piratuba, devidamente homologado pelo Decreto Nº 2.820, de 10 de dezembro de 2009, do Estado de Santa Catarina,

e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo Nº 59050.000868/2010-47, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enxurradas ou inundações bruscas, a situação de emergência, no Município de Piratuba, zona urbana, Bairro Centro e toda zona rural, conforme o Formulário de Avaliação de Danos, constante do referido Processo, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 01 de outubro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 299, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Santa Terezinha-SC.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto Nº 629, de 20 de novembro de 2009, do Município de Santa Terezinha, devidamente homologado pelo Decreto Nº 2.903, de 16 de dezembro de 2009, do Estado de Santa Catarina,

e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo Nº 59050.000428/2010-90, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de vendavais, a situação de emergência, no Município de Santa Terezinha, nas áreas afetadas, conforme o formulário de Avaliação de Danos, constante do referido Processo, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 20 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 300, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Tangará-SC.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto Nº 102, de 16 de novembro de 2009, do Município de Tangará, devidamente homologado pelo Decreto Nº 2.821, de 10 de dezembro de 2009, do Estado de Santa Catarina,

e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo Nº 59050.000429/2010-34, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enxurradas, a situação de emergência, no Município de Tangará, zona rural: Comunidades de Santa Rosa, Linha Rolante, Castelo Branco, Marari, Gramado dos Izidros, Lurdes, Passo da Felicidade, Caravajinho, Friaída, Bevilacqua e Leãozinho, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 16 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 301, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado de Santa Catarina, afetados por Vendavais Muito Intensos.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos Municipais, nº 063/2009, de 08 de setembro de 2009, de Jupiá, nº 307, de 08 de setembro de 2009, de São Domingos e Nº 4.669, de 08 de setembro de 2009, de São José do Cedro, devidamente homologados pelo Decreto Nº 2.665, de 30 de setembro de 2009, do Estado de Santa Catarina.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de vendavais muito intensos, a situação de emergência, nos municípios referentes aos processos a seguir: Jupiá, Nº 59050.000773/2010-23; São Domingos, Nº 59050.000774/2010-78 e São José do Cedro, Nº 59050.000778/2010-56, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais, nas áreas afetadas, conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos, constantes dos referidos processos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

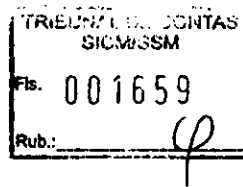
PORTARIA Nº 302, DE 5 DE MAIO DE 2010

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado de Santa Catarina, afetados por Vendavais.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial Nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos Municipais, nº 352, de 08 de setembro de 2009, de Passos Maia, nº 212, de 08 de setembro de 2009, de Porto União e Nº 2498/2009, de 10 de setembro de 2009, de Saltinho, devidamente homologados pelo Decreto Nº 2.685, de 16 de outubro de 2009, do Estado de Santa Catarina.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:



Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001449/2009-99, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de erosão fluvial, a situação de emergência, no Município de Novo Santo Antônio, zona urbana, nas Ruas: G (Avenida Beira Rio), Abílio Alves de Souza, Raimundo Santos, Sabino Ferreira da Costa, M. Beney Ferreira dos Santos e na Avenida José Pereira de Brito, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 17 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIANº 691, DE 10 DE JULHO DE 2009

Reconhece situação de emergência no Município de Paulista - PE.

A SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no DecretoNº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinisterialNº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o DecretoNº 013/2009, de 28 de abril de 2009, do Município de Paulista, devidamente homologado pelo DecretoNº 33.471, de 2 de junho de 2009, do Estado de Pernambuco, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001770/2009-73, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de erosão marinha, a situação de emergência, no Município de Paulista, na faixa litorânea com 15 Km (quinze quilômetros) de extensão, definida entre as coordenadas 7°57'25.24" de latitude e 34°50'29.81" de longitude, no bairro de Enseadilha, na rua Escada e as coordenadas 7°53'32.31" de latitude e 34°50'28.50" de longitude no bairro de Maria Farinha, na rua Cinco Quintas. Compreendendo as áreas marítimas dos bairros de Enseadilha, Janga, Pau Amarelo, Nossa Senhora do Ó, Conceição e Maria Farinha, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 25 de abril de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIANº 692, DE 10 DE JULHO DE 2009

Reconhece situação de emergência no Município de São Jorge do Patrocínio - PR.

A SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no DecretoNº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinisterialNº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o DecretoNº 021, de 23 de abril de 2009, do Município de São Jorge do Patrocínio, devidamente homologado pelo DecretoNº 4.748, de 15 de maio de 2009, do Estado do Paraná, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001768/2009-02, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de estiagem, a situação de emergência, no Município de São Jorge do Patrocínio, zona rural, pelo prazo de cento e oitenta dias, contados a partir de 23 de abril de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIANº 693, DE 10 DE JULHO DE 2009

Reconhece situação de emergência no Município de Barra do Guarita - RS.

A SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no DecretoNº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinisterialNº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o DecretoNº 008/2009, de 03 de março de 2009, do Município de Barra do Guarita, devidamente homologado pelo DecretoNº 46.318, de 22 de abril de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001320/2009-81, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de estiagem, a situação de emergência, no Município de Barra do Guarita, em toda área rural, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 3 de março de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIANº 694, DE 10 DE JULHO DE 2009

Reconhece situação de emergência no Município de Bom Progresso - RS.

A SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no DecretoNº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinisterialNº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o DecretoNº 019, de 3 de abril de 2009, do Município de Bom Progresso, devidamente homologado pelo DecretoNº 46.347, de 15 de maio de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001348/2009-18, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de estiagem, a situação de emergência, no Município de Bom Progresso, em toda área rural, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 3 de abril de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIANº 695, DE 10 DE JULHO DE 2009

Reconhece situação de emergência no Município de Ciriaco - RS.

A SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no DecretoNº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinisterialNº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o DecretoNº 864, de 15 de abril de 2009, do Município de Ciriaco, devidamente homologado pelo DecretoNº 46.344, de 15 de maio de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001321/2009-25, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de estiagem, a situação de

emergência, no Município de Ciriaco, em toda área rural, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 15 de abril de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIANº 696, DE 10 DE JULHO DE 2009

Reconhece situação de emergência no Município de Senador Salgado Filho - RS.

A SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no DecretoNº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinisterialNº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o DecretoNº 003/2009, de 14 de janeiro de 2009, do Município de Senador Salgado Filho, devidamente homologado pelo DecretoNº 46.307, de 08 de abril de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001112/2009-81, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de estiagem, a situação de emergência, no Município de Senador Salgado Filho, zona rural, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 14 de janeiro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIANº 697, DE 10 DE JULHO DE 2009

Reconhece situação de emergência no Município de Tiradentes do Sul - RS.

A SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no DecretoNº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinisterialNº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o DecretoNº 18, de 2 de abril de 2009, do Município de Tiradentes do Sul, devidamente homologado pelo DecretoNº 46.331, de 30 de abril de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no ProcessoNº 59050.001350/2009-97, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de estiagem, a situação de emergência, no Município de Tiradentes do Sul, em toda área rural, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 2 de abril de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 10ª SESSÃO PLENÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 15 de julho de 2009, à partir das 10 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á Sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos remanescentes de sessões anteriores:

Nº	Requerimento	Typo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2001.02.00569	A	SEBASTIÃO BRUNO	Conselheiro Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	46
2.	2001.02.00955	A	SYLTHES REGINA FREIRE BRUNO E OUTROS	Vicente Farias José de Oliveira	NUMERAÇÃO	48
3.	2002.01.07244	A	MANUEL BOANERGES ALVES FERREIRA JÚNIOR	Conselheiro Maria da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	51
		A	THOMAZ MIGUEL PREISSBURGER	Conselheiro Juvenal José Sirovacko		
		A	ADRIANA PREISSBURGER PORTUGAL	Vicente Farias José de Oliveira		

II - Processos incluídos para sessão do dia 15.07.09:

Nº	Requerimento	Typo	Nome	Relator	Observação	Idade
4.	2001.01.00015	A	FRANCISCO GILSON DA SILVA FILHO	Conselheiro Vinícius David Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	26
5.	2001.01.00015	A	MAURICIO ANISIO DE ARAUJO	Conselheiro Vinícius David Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	62
6.	2001.01.00005	A	CASSIANO ARRUDA CAMARA	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	65
7.	2001.02.00718	A	HENRI PIERRE ARRAES DE ALENCAR GERVASEAU	Conselheiro Luciano Silva Garcia	NUMERAÇÃO	55
8.	2001.02.00722	A	KOJI OKABAYASHI	Conselheiro Juvenal José Sirovacko	NUMERAÇÃO	57
9.	2001.02.00741	A	LUIS MARIO GUILLANT	Conselheiro Vinícius David Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	62
10.	2001.02.00818	A	MILACRES ROCHA DA COSTA	Conselheiro Fátima José de Oliveira	NUMERAÇÃO	67
11.	2001.01.00819	A	FERNANDO ALBUQUERQUE CAVALCANTE	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	70
12.	2001.01.00842	A	LUIS FRANCISCO DE SOUZA ARAUJO	Conselheiro Fátima José de Oliveira	NUMERAÇÃO	82
13.	2001.01.00877	A	ANTONIO LUIZ DA SILVA	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	70
14.	2001.01.00896	A	ANA NOLASCO DE ARAUJO	Conselheiro Luciano Silva Garcia	NUMERAÇÃO	62
15.	2001.02.00985	A	NAMCI MARIETTO	Conselheiro Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	62
16.	2001.02.01730	A	LUIS FERNANDO DE SOUZA	Conselheiro Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	72
17.	2001.01.02499	A	ROAO SUGNOZO	Conselheiro Maria Elaine Berthel Moraes	NUMERAÇÃO	80



LEGENDA:
RDP: Recurso Especial de Divulgação do Procurador
REP: Recurso Especial do Procurador
RDC: Recurso Especial de Divulgação do Contribuinte
RVC: Recurso Voluntário do Contribuinte
EMF: Embargos de Declaração interpostos pela Fazenda Nacional
EMC: Embargos de Declaração interpostos pelo Contribuinte

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente
AUZÔNIA EVANGELISTA DE SOUZA
Chefe da Secretaria

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 409, DE 18 DE JUNHO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Curitiba-PI.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 001/2010, de 04 de janeiro de 2010, do Município de Curitiba, devidamente homologado pelo Decreto nº 14.198, de 06 de maio de 2010, do Estado do Piauí, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.000299/2010-92, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de seca, a situação de emergência no Município de Curitiba, toda a área rural do Município, pelo prazo de sessenta dias, contados a partir de 04 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 410, DE 18 DE JUNHO DE 2010

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Vendavais.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais de Arroio do Meio, nº 1.969/2009, de 24 de novembro de 2009, Homologação nº 47.008, de 25 de fevereiro de 2010; Barra do Garças, nº 46/2009, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 47.014, de 25 de fevereiro de 2010; Bom Progresso, nº 074/2009, de 03 de dezembro de 2009, Homologação nº 47.050, de 08 de março de 2010; Bozano, nº 296, de 11 de dezembro de 2009, Homologação nº 47.012, de 25 de fevereiro de 2010; Butiá, nº 0000163, de 18 de novembro de 2009, Homologação nº 47.052, de 08 de março de 2010; Campina das Missões, nº 122/2009, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 46.917, de 18 de janeiro de 2010; Capivari do Sul, nº 46, de 20 de novembro de 2009, Homologação nº 46.905, de 14 de janeiro de 2010; Cerro Grande do Sul, nº 65, de 23 de novembro de 2009, Homologação nº 46.933, de 21 de janeiro de 2010; Cidreira, nº 121/2009, de 20 de novembro de 2009, Homologação nº 47.007, de 25 de fevereiro de 2010; Chuvisca, nº 603/2009, de 18 de novembro de 2009, Homologação nº 47.008, de 25 de fevereiro de 2010; Crissiumal, nº 146/2009, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 46.969, de 28 de janeiro de 2010; Derrubadas, nº 053/2009, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 46.986, de 04 de fevereiro de 2010; Ilópolis, nº 1067/2009, de 18 de novembro de 2009, Homologação nº 47.007, de 25 de fevereiro de 2010; Itaquí, nº 5.407/09, de 26 de novembro de 2009, Homologação nº 47.016, de 25 de fevereiro de 2010; Lagoa Vermelha, nº 5.330, de 24 de novembro de 2009, Homologação nº 46.913, de 14 de janeiro de 2010; Liberato Salzano, nº 2.576, de 20 de novembro de 2009, Homologação nº 46.966, de 28 de janeiro de 2010; Morrinhos do Sul, nº 1.337/2009, de 25 de novembro de 2009, Homologação nº 46.981, de 04 de fevereiro de 2010; Palmitinho, nº 52/2009, de 04 de dezembro de 2009, Homologação nº 47.055, de 08 de março de 2010; Pirapó, nº 097/2009, de 01 de dezembro de 2009, Homologação nº 46.917, de 18 de janeiro de 2010; Piratini, nº 346, de 19 de novembro de 2009, Homologação nº 47.007, de 25 de fevereiro de 2010; Porto Lucena, nº 64/09, de 01 de dezembro de 2009, Homologação nº 46.917, de 18 de janeiro de 2010; Porto Mauá, nº 770, de 24 de novembro de 2009, Homologação nº 46.858, de 29 de dezembro de 2009; Porto Vera Cruz, nº 1.021, de 03 de dezembro de 2009, Homologação nº 47.012, de 25 de fevereiro de 2010; Riozinho, nº 053/2009, de 20 de novembro de 2009, Homologação nº 47.019, de 23 de fevereiro de 2010; Roque Gonzales, nº 1820, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 46.857, de 29 de dezembro de 2009; Santana da Boa Vista, nº 2.081, de 19 de novembro de 2009, Homologação nº 47.007,

de 25 de fevereiro de 2010; São Borja, nº 12.309, de 25 de novembro de 2009, Homologação nº 47.008, de 25 de fevereiro de 2010; São Francisco de Paula, nº 622/2009, de 23 de novembro de 2009, Homologação nº 46.905, de 14 de janeiro de 2010; São Luiz Gonzaga, nº 3401, de 01 de dezembro de 2009, Homologação nº 46.940, de 21 de janeiro de 2010; São Martinho da Serra, nº 2676-09, de 03 de dezembro de 2009, Homologação nº 47.055, de 08 de março de 2010; Tapejara, nº 3443/09, de 18 de novembro de 2009, Homologação nº 46.964, de 28 de janeiro de 2010; Taquari, nº 2.345, de 16 de novembro de 2009, Homologação nº 47.050, de 08 de março de 2010; Tenente Portela, nº 249, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 47.065, de 09 de março de 2010; Terra de Areia, nº 072, de 20 de novembro de 2009, Homologação nº 46.923, de 18 de janeiro de 2010; Tiradentes do Sul, nº 060, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 46.916, de 18 de janeiro de 2010; Trindade do Sul, nº 059/2009, de 03 de dezembro de 2009, Homologação nº 47.055, de 08 de março de 2010; Viamão, nº 056/2009, de 19 de novembro de 2009, Homologação nº 46.917, de 18 de janeiro de 2010; Vista Gaúcha, nº 161/2009, de 30 de novembro de 2009, Homologação nº 46.899, de 14 de janeiro de 2010 e Xangri-lá, nº 261/2009, de 24 de novembro de 2009, Homologação nº 46.917, de 18 de janeiro de 2010, do Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de Vendavais ou Tempestades, a situação de emergência nos municípios referentes aos processos a seguir: Arroio do Meio, nº 59050.001361/2010-19; Barra do Guarani, nº 59050.001366/2010-33; Bom Progresso, nº 59050.001367/2010-88; Bozano, nº 59050.001369/2010-77; Butiá, nº 59050.001368/2010-22; Campina das Missões, nº 59050.001000/2010-64; Capivari do Sul, nº 59050.001393/2010-14; Cerro Grande do Sul, nº 59050.000981/2010-22; Cidreira, nº 59050.001372/2010-91; Chuvisca, nº 59050.001305/2010-76; Crissiumal, nº 59050.001312/2010-78; Derrubadas, nº 59050.001292/2010-35; Ilópolis, nº 59050.001354/2010-17; Itaquí, nº 59050.001300/2010-43; Lagoa Vermelha, nº 59050.000963/2010-41; Liberato Salzano, nº 59050.001299/2010-57; Morrinhos do Sul, nº 59050.001395/2010-03; Palmitinho, nº 59050.001379/2010-11; Pirapó, nº 59050.000966/2010-84; Piratini, nº 59050.001313/2010-12; Porto Lucena, nº 59050.000979/2010-53; Porto Mauá, nº 59050.000956/2010-49; Porto Vera Cruz, nº 59050.001314/2010-67; Riozinho, nº 59050.001383/2010-71; Roque Gonzales, nº 59050.000957/2010-93; Santana da Boa Vista, nº 59050.001318/2010-45; São Borja, nº 59050.001317/2010-09; São Francisco de Paula, nº 59050.001391/2010-17; São Luiz Gonzaga, nº 59050.000989/2010-99; São Martinho da Serra, nº 59050.001384/2010-15; Tapejara, nº 59050.001396/2010-40; Taquari, nº 59050.001387/2010-59; Tenente Portela, nº 59050.001403/2010-11; Terra de Areia, nº 59050.000965/2010-30; Tiradentes do Sul, nº 59050.001017/2010-11; Trindade do Sul, nº 59050.001388/2010-01; Viamão, nº 59050.000975/2010-75; Vista Gaúcha, nº 59050.001005/2010-97 e Xangri-lá, nº 59050.001002/2010-53, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais e nas áreas afetadas conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos, constantes dos referidos processos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 411, DE 18 DE JUNHO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Santa Terezinha-SC.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 659, de 29 de março de 2010, do Município de Santa Terezinha, devidamente homologado pelo Decreto nº 3.208, de 22 de abril de 2010, do Estado de Santa Catarina, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.001911/2010-91, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enchurradas, a situação de emergência, no Município de Santa Terezinha, zona urbana: Bairro Centro e zona rural: Localidades: Taio Sertão, Rio do Ouro, Entre Rios, Salto Iruputã, Colorado, Craveiro, Rio da Anta, Morro do Taio, Assentamento 25 de Maio, Canela, Alta Santa Terezinha, Serra do Cascalho, Serra da Garganta, Bley Pombas, Rio da Abelha, Capitão Furtado, Colônia Ruthes, Baía do Itajá, Tunciera, Duque de Caxias, Taiozinho e Barra das Pombas, conforme o Formulário de Avaliação de Danos, constante do referido Processo, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 29 de março de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 16 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 133ª sessão realizada no dia 16 de dezembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.25745, resolve:

Nº 1.175 - Ratificar a condição de anistiado político de MOEMA EULÁLIA DE OLIVEIRA TOSCANO, portadora do CPF nº 020.174.827-49, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão realizada no dia 25 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66507, resolve:

Nº 1.176 - Declarar anistiado político "post mortem" MAURÍCIO GRABOIS, filho de DORA KAPLAN, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 45ª Sessão realizada no dia 14 de abril de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36238, resolve:

Nº 1.177 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de AIRTON GARCIA DE LIMA, e indeferir o pedido de reparação econômica, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão realizada no dia 11 de fevereiro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44640, resolve:

Nº 1.178 - Declarar JORGE GALVÃO DOS SANTOS, portador do CPF nº 077.222.497-87, anistiado político, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela 115ª Sessão de Turma de Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 12 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.48656, resolve:

Nº 1.179 - Declarar José Cirilo Silvestre portador do CPF nº 060.163.837-91, anistiado político, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 100ª Sessão realizada no dia 21 de outubro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.02.47263, resolve:

Nº 1.180 - Ratificar a condição de anistiado político de LAERCIO FEDRIGO, portador do CPF nº 046.660.688-56, e conceder a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, do período de 10.06.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão realizada no dia 27 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2001.02.01971, resolve:

Nº 1.181 - Ratificar a condição de anistiado político de ALMIR DRUMOND DE MORAES REGO FILHO, portador do CPF nº 174.429.405-44, e conceder a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, do período de 11.07.1983 a 06.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pelo Plenário da Comissão de Anistia, na Sessão realizada pela Segunda Câmara, no dia 24 de agosto de 2005, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03349, resolve:

Nº 1.182 - Indeferir o Recurso interposto por JOAQUIM ARAÚJO RAMOS portador do CPF nº 032.963.001-68.

Imagens da estiagem:

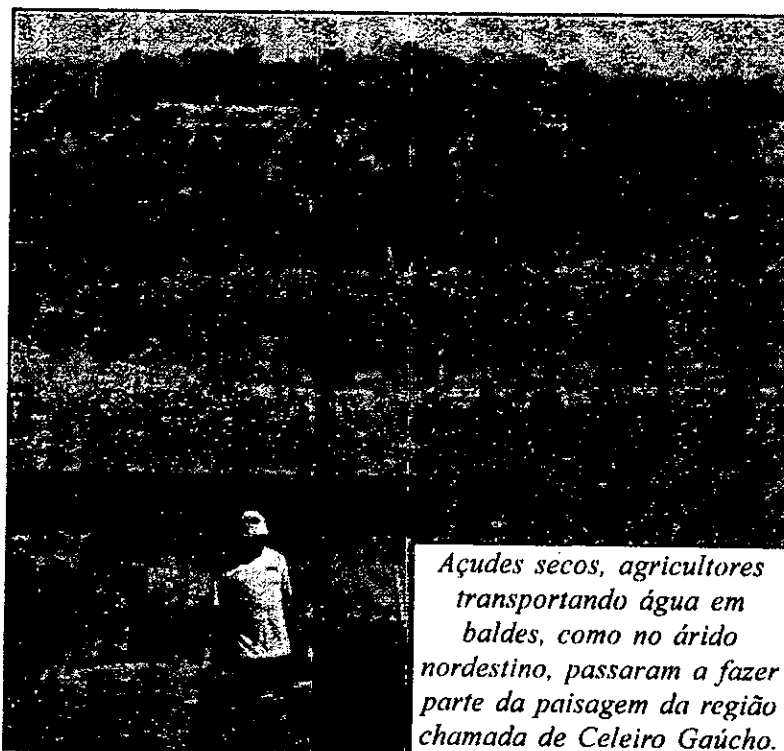
E a água foi emboc

Editoria Local

Tenente Portela

Bastaram dois meses de falta de chuvas na região para que se caracterize uma das maiores estiagens de todos os tempos. Dezenas de córregos e centenas de açudes secaram. Os rios maiores reduziram drasticamente a sua vazão e o próprio Uruguai, conforme as fotos desta página, mostrou uma face até então desconhecida. A Defesa Civil e as administrações municipais, em alguns casos com o auxílio do Exército e da Brigada Militar, estão atuando para reduzir as graves consequências para os homens, os animais e a economia.

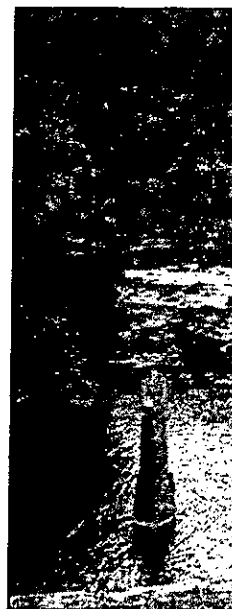
Mais de 1.500 famílias, só nos municípios que ficam num raio de 60 quilômetros de Tenente Portela, são socorridas diariamente com um milhão de litros de água. A produção leiteira foi reduzida em um terço. Na semana que entra, a Assembleia Legislativa, através da comissão de agricultura debaterá o quadro em busca de alternativas, em uma reunião conjunta com a Amuceleiro. No momento em que se acena previsões de um fim da estiagem com o início de uma época de chuvas, as imagens colhidas pelo Província devem se perpetuar como um aviso das respostas que a natureza dá quando falta chuva e as medidas mais elementares de harmonia com o meio ambiente são desrespeitadas.



Açudes secos, agricultores transportando água em baldes, como no árido nordestino, passaram a fazer parte da paisagem da região chamada de Celeiro Gaúcho.



O Tigrinho, divisa de Barra com Vista Gaúcha, há mais de uma semana deixou de correr



O Rio Turvo com



O Rio Guari mostra pel

O Rio Uruguai (foto abaixo) na divisa de Barra do Guarita com Itapiranga, deixa apenas o canalão para a passagem de barcos



Barra do Guarita estuda possibilidade de decretar estado de calamidade pública

Editoria Local
Tenente Portela

De acordo com o prefeito municipal, Cesar Tadeu Paier, a anormalidade causada pela estiagem está fugindo do controle do Poder Público. Destacou que o Decreto de Situação de Emergência vigora desde o início do mês de março, mas que a última chuva significativa foi

das 280 famílias, sendo que 180 são para o consumo humano. O prefeito guaritense salientou que são distribuídos 160 mil litros de água por dia. Paier lamenta que a realidade tenha chegado a tal ponto, que obrigou famílias a deixarem suas propriedades por causa da falta de água.

Dados revelados pelo adminis-

as famílias, muitas vezes são atendidos casos de focos de incêndio em vegetações secas.

O prefeito ainda trás uma triste constatação, revelando que rios e córregos estão praticamente secos, e que o Rio Uruguai, respeitado pelo seu grande volume de água baixou consideravelmente.

Cerca de 200 famílias de Barra



Diariamente são abastecidas 280 famílias e distribuídos 160 mil litros de água

registrada em novembro do ano passado. Paier disse que há mais de 45 dias, todos os setores da administração municipal dão atenção especial para o atendimento das famílias atingidas pela seca. Ele revelou que diariamente são abasteci-

trador municipal mostram que todo o território de Barra do Guarita sofre fortemente os efeitos da estiagem, que já é considerada a pior enfrentada pelos municípios da Região Ceileiro. Paier ressaltou que em meio ao transporte de água para

des.

As dificuldades impostas pela falta de chuva são tantas, que Paier não descarta o Decreto de Calamidade Pública, que conforme ele, alguns estudos estão sendo realizados para verificar a viabilidade.

Produtores vista-gauchenses recebem sementes

Jalmir Steffenon
Vista Gaúcha

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente realizou a entrega de sementes de forrageira de inverno para os produtores rurais. Ao todo, foram disponibilizados 91.845 quilos, assim distribuídos: aveia preta, 69.720 kg; aveia branca, 3.600 kg; azevém, 18.000 kg e ervilhaca, 525 kg.

Foram beneficiadas 293 famílias, que receberam estes produtos via FUNDERUR, com subsídio de 30% do valor, desde que o financiamento seja quitado até a data de 30/05/2010. Conforme licitação, o



Tenente de leptos

Doug

Dep. Jornalismo

A Secretaria Municipal de de Tenente Portela invtro casos suspeitos de l se. De acordo com a Márcia Müller, são três uma criança. Três paci internados no hospital S nio de Tenente Portela hospital da Unimed em

Márcia destaca que l tadas amostras de sang minhadas para Porto A deverá ou não confirma cia da doença. Os resul rão ser divulgados no dias pela Secretaria E Saúde. A secretária aind as quatro pessoas estivi guns dias atrás em out do Estado, onde podem do os sintomas da doe

A Secretaria Municí

Reg município situação

Assessoria de C

Nessa semana, os m São Valério do Sul, San Chiapetta decretaram emergência, totalizand cípios, dentre os 21 qu a Região Ceileiro.

Com o propósito d buscar alternativas para crise que a estiagem ve em nossa região, no p 27, no auditório do C pacitação Profissional sos, a partir das 09 hor são de Agricultura, Pec perativismo da Assembla tiva do Estado do Rio Sul, presidida pelo Dep



Fls. 001663
Rub.

Prejuízos em Derrubadas

razas à conscientização. Bagega des-
la Corsan na distri-
potável no interior
nde não existem re-
ção.

se que a situação
ante, mas que está
uturo, pois com as
ão previstas vai re-
ma da falta de água,
ncia de pastagem no
ão será surpresa se
a morrer de fome
dias. Reiterou que

prefeituras e que com essa medida,
espera que autoridades estaduais
venham para a região constatar os
efeitos causados pela estiagem e
posteriormente anunciem auxílio
de toda a ordem aos municípios.

O prefeito de Derrubadas des-
tacou que as sucessivas frustrações
no plantio de milho e soja estão de-
siludindo os produtores, e uma das
razões de ainda permanecerem no
campo é graças à atividade leiteira,
que agora também passa por um
momento conturbado.

Bagega frisou que o município

está praticamente pa-
rado, sendo feito eco-
nomia em todos os
setores, nenhuma
obra está sendo feita,
tudo isso é para au-
xiliar os afetados pela
seca.

O prefeito Derru-
badense destacou
que quando a situa-
ção se normalizar
novamente, irá bus-
car recursos nas ou-
tras esferas governa-
mentais para a cons-
trução de redes de
água no interior do

município. Ele revelou que existem
poços artesanais perfurados, mas
a municipalidade não tem recur-
sos para fazer o encanamento, e
isso uma das principais obras para
amenizar os efeitos de possíveis fu-
turas estiagens.

Ónio de Tenente Portela para doação de sangue



Região: Municípios registram queda na produção de leite

Editoria Local

Tenente Portela

Além da agricultura, a nossa re-
gião também é movida pela produ-
ção de leite. Nos municípios, as
maiorias das propriedades rurais
trabalham na atividade leiteira que
agrega renda as famílias.

O Jornal Província fez nesta se-
mana, um levantamento sobre as
perdas que a seca ocasionou na
produção de leite.

Em Tenente Portela, segundo

mente, 300 famílias trabalham nes-
ta atividade. Cerca de 30 proprie-
dades já são abastecidas com água
diariamente onde são transporta-
dos 25 mil litros.

Em Barra do Guarita, o prefeito
municipal Cesar Tadeu Paier, disse
que a situação do leite é drástica.
Ele revelou que a queda na produ-
ção chega a 80%. Quase a totalida-
de das propriedades rurais guari-
tenses trabalha na atividade leiteira.

Paier destacou que a previsão

para 2009, era atingir 1,5
milhões de litros, mas de-
vido a estiagem, a produ-
ção deve ser de 400 mil
litros. O prefeito salientou
que diariamente são abas-
tecidas 200 famílias e são
distribuídos 200 mil litros
de água. Paier ressaltou
que os prejuízos estima-
dos giram em torno de R\$
4 milhões.

Em Redentora, o se-
cretário municipal de
Agricultura, Jaime Jung,
disse que a quebra na
produção de leite está em
35%. Atualmente, 420 fa-
mílias trabalham na ati-
vidade. Jaime informou que
80 propriedades são

abastecidas diariamente apenas
para o consumo dos animais.

Em Derrubadas, de acordo com
informações do prefeito municipal,
Almir Bagega, a queda na produ-
ção leiteira chegou a 50%. Ele reve-
lou que no município, são cerca de
500 famílias que atuam neste setor.

Bagega informou que 90 pro-
priedades recebem água diaria-
mente, onde são distribuídos apro-
ximadamente 50 mil litros. O pre-
feito municipal destacou que os pre-
juízos na produção leiteira chegam
a R\$ 200 mil por mês.

Em Vista Gaúcha, Jalmir Steffe-
non, secretário municipal de Admi-
nistração, revelou que a produção
leiteira diminuiu em torno de 50%.
Jalmir destaca que todas as 250 pro-
priedades rurais que atuam no
rama do leite estão sendo abasteci-



Gado leiteiro sofre com a falta de pasto

informações do secretário munici-
pal de agricultura, Alexandre Furi-
ni, a estiagem e a conseqüente falta
de pasto provocaram uma queda
de 70% na atividade leiteira. Alexan-
dre revelou que 85% das proprie-
dades do município trabalham nes-
te setor. Ele reiterou que atualmen-
te 120 propriedades estão sendo
abastecidas com água diariamente,
onde são distribuídos 110 mil litros.

Em Miraguaí, o prefeito munici-
pal, Alencar Gross, informou que
os prejuízos no setor leiteiro che-
gam a 50%. Ele disse que cerca de
350 famílias miraguienses traba-
lham na produção de leite. Gross
destacou que o município está le-
vando cerca de 20 mil litros de água
por dia, para 20 propriedades ru-
rais, apenas para o consumo ani-
mal.

Knaech Auto Peças e Acessórios

Colocação de Películas
Balancamentos
Geometria e Alinhamento
a Laser, Fábrica de
Mangueiras Hidráulicas

Guincho - 24 hs



Fone: (55) 3551-1201
Cel: (55) 9973-7254
Av. Redenção, nº 45

WALCACEIA

Luciane Trevisol Pinheiro
OAB/RS 52.799

*Direito Previdenciário,
aposentadorias e pensões*

Rua: Tapuias 138

Sala 2 - Tenente Portela

Fone: 3551 1480

AVONT FOTO DIGITAL

Fotos e filmagens com
preços especiais para
casamentos.

Av. Santa Rosa, 27
Fone: 3551 1020



Itapema
você merece vestir bem

O Boticário

Você pode ser o que quiser

Estiagem pára a região

Os 21 prefeitos que compõem a Região Ceileiro decidiram paralisar as atividades na próxima semana (11 a 15 de maio). A medida que é inédita visa economizar recursos para serem utilizados nas ações que estão amenizando os efeitos da pior estiagem da história. Nesta quinta-feira, em outro encontro das lideranças regionais, foi elaborada uma pauta de reivindicações que será entregue no dia 12, em Brasília, quando uma comitiva de prefeitos da Amuceleiro participará de audiências com representantes do Governo Federal. Pág. 06



Desaparecimento de pedreiro é um mistério para a família

Douglas, de 26 anos, desapareceu no último sábado, dia 02, e até esta quinta-feira, não havia nenhuma pista do seu paradeiro. Pág. 18

Leitor da Semana



Cassia Verdi
Itapema

Jornal PROVINCIA

Fundado pelo jornalista *Jaime Fornari* em 31 de março de 1986.
Filiado a Associação dos Jornais do Rio Grande do Sul.

Tenente Portela, Vista Gaúcha, Derrubadas, Miragual, Erval Seco, Dois Irmãos das Missões, RS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SICM/SSM
Fls. 001664

Chuva ameniza a estiagem na Região Celeiro

Editoria Local

Tenente Portela

O volume de chuvas que atinge o noroeste do estado desde o final da tarde de quarta-feira, dia 13, re-

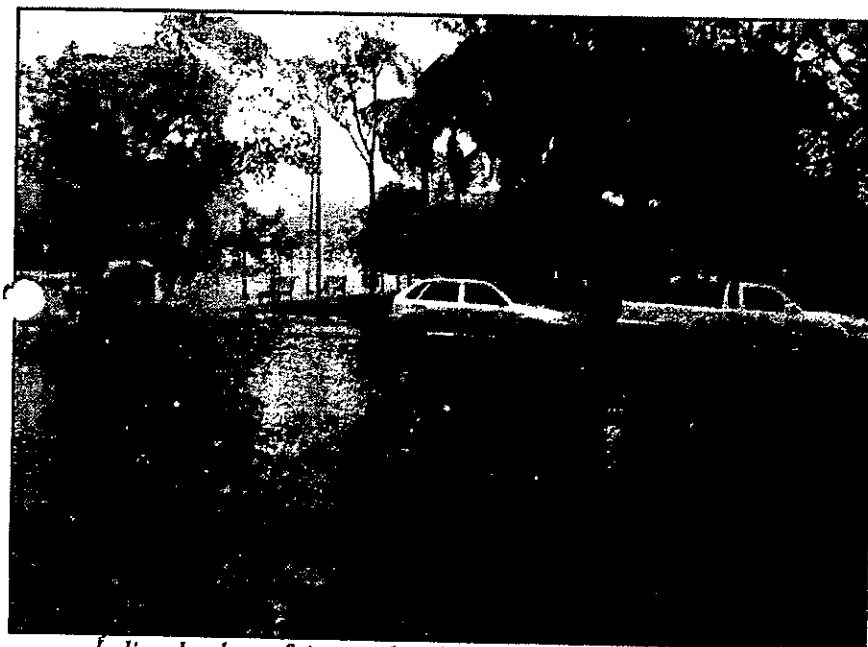
do em nosso município ficou em cerca de 130 mm. Em algumas localidades do interior, como Daltro Filho, choveu 150 mm.

Em Derrubadas, as precipita-

ção que mais choveu, em torno de 150 mm. Em Miraguaí, segundo o site da Defesa Civil foram medidos 115 mm de chuva. Em todo o município de Coronel Bicaco somente na noite de quarta-feira, a chuva chegou a 180 mm, mas na somatória ultrapassou os 210 mm. Já em Redentora, o índice constatado ficou em 130 mm.

Segundo informações buscadas junto as administrações municipais, com as precipitações desta semana, o nível dos rios, córregos e fontes começam a ser recuperados. O transporte de água para as famílias das zonas rurais, que eram as mais afetadas pelo desabastecimento está temporariamente suspenso na maioria das prefeituras da região.

De acordo com o site de meteorologia Climatempo, a previsão para a nossa região neste final de semana, é dias ensolarados, com poucas nuvens e sem a incidência de chuva. A única afirmativa é que a temperatura irá cair devendo ter até geada durante o amanhecer.



Índice da chuva foi considerado ótimo em toda a região Celeiro

solve momentaneamente o problema da estiagem na região. Em Tenente Portela, até às 9 horas de ontem, havia chovido o equivalente a 98 milímetros (mm). Somando-se as chuvas de terça-feira, o acumula-

ções durante a semana totalizaram 120 mm. Barra do Guarita, um dos municípios mais castigados pela estiagem, o nível durante os últimos três dias, ficou em 145 mm. Vista Gaúcha foi a cidade da microrre-

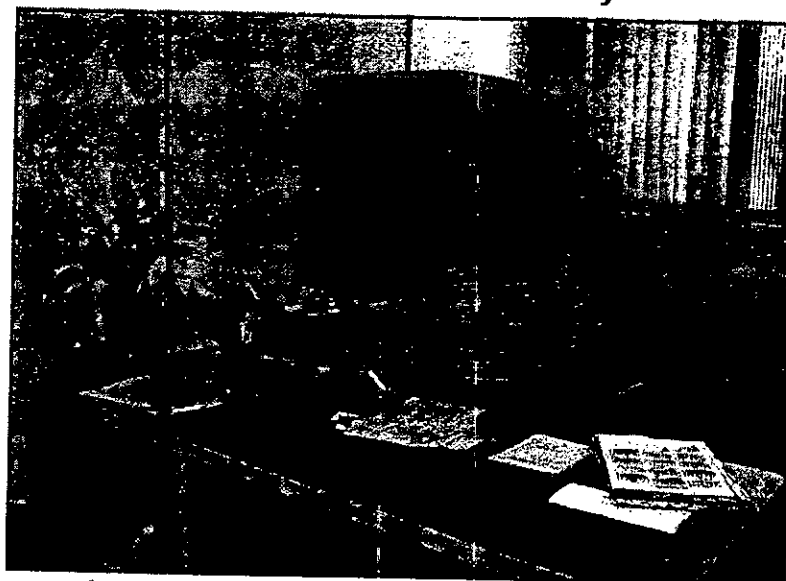
Secretário de Redentora participou do 12º fórum dos dirigentes da educação

Márcia A. Marques

Redentora

Aconteceu de 04 a 07 de maio, em Curitiba-PR, o 12º Fórum Nacional dos Dirigentes da Educação, com o tema: Desafios da Educação Municipal e o Direito de Aprender. Cerca de 2,8 mil secretários municipais de Educação de todo o País estiveram reunidos com a UNDIME Nacional e Ministério da Educação com a finalidade de contextualizar a educação brasileira.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura, Paulo Rogério Carvalho de Arruda, participou do evento, representando Redentora que está incluído entre os 1,8 mil municípios prioritários, devido ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).



Secretário de Educação e Cultura, Paulo Rogério de Arruda

UNIVERSI



VI Ciclo de Ciências

Iniciou nesta quarta-feira evento organizado pelo C tábeis da FAI Faculdade: marcada pela palestra "Ir rida pelo professor mestr

Na palestra foram disc das pela Lei 11.638/07 e contabilidade brasileira pa tabilidade evoluiu muito, era, adotando padrões in O palestrante coment organizações: "Empresa ou não cresce ou morre. controle". Roberto Merlo dos de cerca de 2.000 an empresas que não tem i sões.

O palestrante também onal contábil nas organiza cisa deste profissional. "É balho do contador, pois Um exemplo é o fato de q bancária (cerca de 60%, c falta de Contador."

Existem novas perspe o profissional contábil, co

- Maior sensibilidade e
- Demanda para audit
- Caráter subjetivo, me
- Padrões internacion
- Mais transparência e

Por fim, a primeira noit uma placa em agradecim palestra terá como tema pelo Professor Doutor Arg

Acadêmicos de Agro doenças das frutíferas

No dia 09 de maio os e turma AGO 45, participar ocorrem em pomares de fr Miguel dos Santos resider O agricultor possui em tor quais figo, pêssego e dive

O agricultor relatou os des dando ênfase para o obra. Os alunos puderan espécies bem como os me gunda visita foi na proprie çara.

A recepção e as explic Diedrich que é formado e sobre as atividades em fru maracujá. Paulo deu ênfas lização das frutas tropicais de ordem tecnológicas, um

Kinosh Auto Peças e Acessórios

Colocação de Películas
Balanceamentos
Geometria e Alinhamento
a Laser, Fábrica de
Mangueiras Hidráulicas



Guincho - 24 hs

Fone: (55) 3551-1204
Cel: (55) 9973-7254

Av. Redenção, nº 45

YACATA

Luciane Trevisol Pinheiro
OAB/RS 52.799

*Direito Previdenciário,
aposentadorias e pensões*

Rua: Tapuias 138

Sala 2 - Tenente Portela

Fone: 3551 1480

AVONT FOTO DIGITAL

Fotos e imagens com
preços especiais para
casamentos.

Av. Santa Rosa, 27

Fone: 3551 1020



Itapema
tudo mais rápido

O Boticário

Você pode ser o que quiser

Av. Santa Rosa, 235



Fim, chuva.

As chuvas que caíram durante esta semana trouxeram devolta a alegria de nossos produtores. Enquanto os pingos de água atingiam o solo seco, nossas lideranças regionais tentavam conseguir recursos na Capital Federal para amenizar os efeitos da estiagem que forçou avassaladores nos 21 municípios que compõem a Anunciação.

Anistia e prorrogações de prazo são alguns dos itens que fazem parte de uma pauta de reivindicações elaborada de acordo com as necessidades.

Voltando a falar sobre a chuva, ela foi satisfatória. Confira na matéria da página 05 desta edição.

Leitor da Semana



Jornal ANUNCIAÇÃO

O JORNAL MAIS LIDO DA REGIÃO CELEIRO

ROTA DO YUCUMÃ, SEXTA-FEIRA, 15 a 21 de maio de 2009
ANO XXII Nº 693

Fundado pelo jornalista *Jaime Fornari* em 31 de março de 1986.
Filiado a Associação dos Jornais do Rio Grande do Sul.

R\$ 1,50
Tenente Portela, Vista Gatcha, Derrubadas, Miragual, Erval Seco, Dois Irmãos das Missões, Três Passos, Barra do Guarita, Redentora, Coronel Bicaco, Campo Novo, Braga, Santo Augusto e Palmitinho



001666
RUBRICA

Microrregião está em estado de em

O temporal que ocorreu no início do dia da segunda-feira, dia 30 de novembro, só contribuiu para que os municípios da microrregião

Editoria Local

Tenente Portela

Barra do Guarita foi o primeiro a emitir o documento. De acordo com o prefeito municipal, Cesar Tadeu Paier, o decreto foi assinado no começo do mês de outubro, tendo como principal motivador a enchente dos Rios Guarita e Uruguai que acarretaram inúmeros prejuízos e até o deslocamento de algumas famílias ribeirinhas.

O chefe do Executivo guaritense revelou que a última intempérie foi mais notada no interior do município, pois houve o destelhamento de moradias e o registro de danos em diversas estradas. Paier destacou que o poder público auxiliou as famílias atingidas e continua trabalhando na recuperação de alguns trechos.

Em Coronel Bicaco, o prefeito municipal, Roberto Zanella, assinou o decreto de emergência na quinta-feira, dia 03 de dezembro, em virtude das chuvas e enchentes. Segundo os setores da administração municipal que fizeram o levantamento dos estragos, as precipitações sucessivas deixaram danos em estradas, lavouras e ocasionou o atraso no plantio da cultura de verão. Bueiros e pontilhões também foram atingidos e estão sendo recuperados.

Conforme o prefeito Roberto Zanella, um dossiê dos prejuízos foi entregue na Amuceleiro para acompanhar o projeto que visa angariar recursos para auxiliar na manutenção dos municípios. Zanella ressaltou que um laudo feito pela Defesa Civil Municipal revela que 5% do Produto Interno Bruto (PIB), e isso é um dos requisitos necessá-

os para que o decreto de situação de emergência seja homologado.

Em Derrubadas, o temporal do dia 30 de novembro, atingiu 65 casas, danificou cerca de 700 quilômetros de estradas e ainda, a água levou embora bueiros e pontilhões.

De acordo com o prefeito municipal, Almir Bagega, o governo municipal juntamente com a Defesa Civil Estadual fez a distribuição de 500 telhas para as famílias afetadas. Bagega lamentou que com a ocorrência das chuvas e a falta de energia elétrica que só

revelou que já foi encaminhado para Brasília, um projeto que busca angariar verbas federais para a recuperação das estradas. Bagega assinou o decreto de emergência na segunda-feira, dia 30 de novembro.

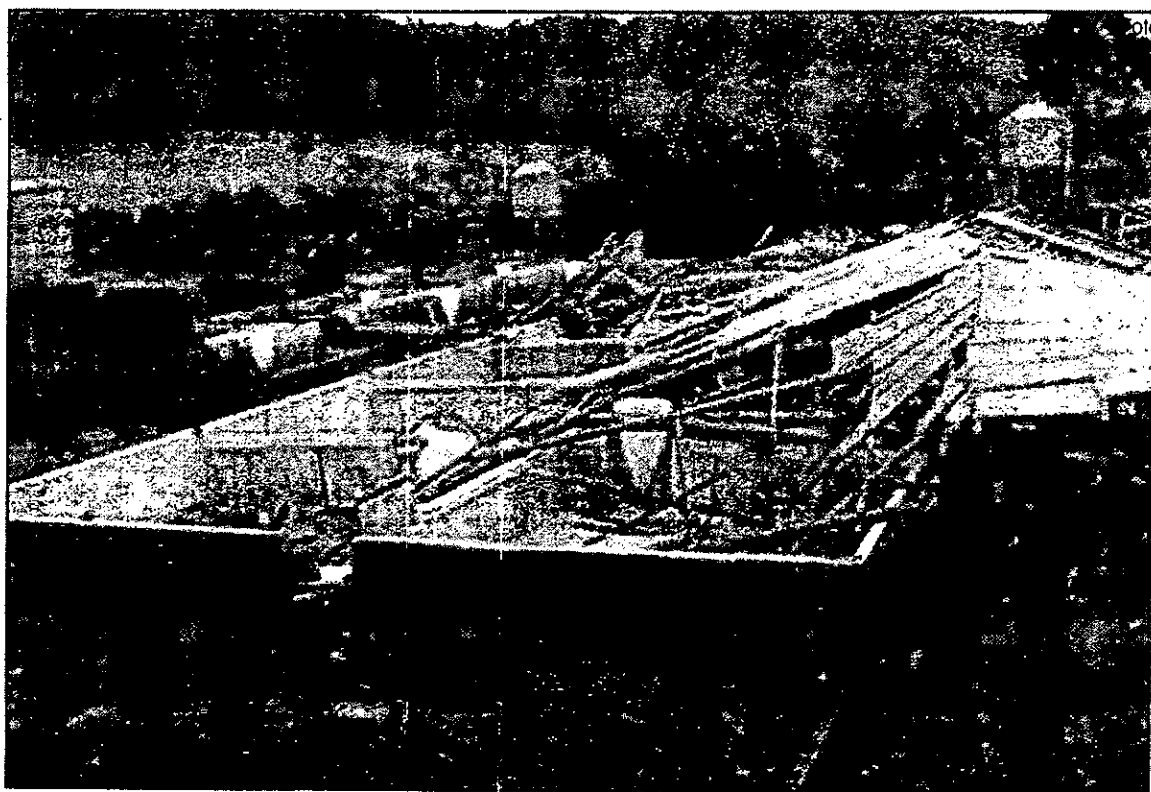
Miraguaí foi um dos municípios que tiveram mais prejuízos com o último temporal. Conforme dados fornecidos pela prefeitura municipal, foram atingidas 240 residências da área rural e urbana, dez prédios públicos (escolas e salões) e a ainda três estabelecimentos comunitários.

Defesa Civil Estadual enviou 600 folhas de brasilite que já foram distribuídas para a população atingida. O prefeito municipal, Júlio Alencar Gross, decretou estado de emergência na segunda-feira, dia 30 de novembro.

Em Redentora, os maiores estragos ocasionados pelo último temporal foram registrados na reserva indígena do Guarita. Nos setores de Pau Escrito e Bananeiras ocorreu o destelhamento de diversas moradias. No setor Bananeiras, o vendaval causou danos em uma escola de educação

so no plantio de dossiê com os dados pelo trabalho e ser para a capital do o prefeito prejuízos já 2,25 milhões mentou que da Defesa Civil chegou até o momento de emergência na quinta-feira zembro.

Em Vista das, oito clubes e três escolas e rões (sendo



Em Vista Gaúcha, a força dos ventos chegou a destruir totalmente um chiqueirão

foi restabelecida na sexta-feira, dia 04, já foram contabilizados mais de R\$ 300 mil em prejuízos na bacia leiteira. O setor de grãos também sofre as consequências da instabilidade climática, já que está ocorrendo o atraso no plantio da soja e algumas lavouras tiveram que ser replantadas.

O prefeito derrubadense

Também foram danificados aproximadamente 300 quilômetros de estradas, além de três pontes e diversos bueiros.

Os produtores miraguaienses estão atrasados com a semeadura da cultura de verão. Algumas localidades do interior do município e parte da cidade só voltaram a ter na última sexta-feira, dia 04. A

indígena.

Conforme o prefeito municipal, Marcos Giacomini, boa parte das estradas do município foram danificadas e o poder público trabalha prioritariamente na recuperação destes trechos e no auxílio dos afetados.

O chefe do Executivo redentorense disse que há atra-

mente destruídos em vista da segunda-feira. Danos causados pelo temporal municipal e quilômetros do município foram afetados. Segundo o prefeito, Claudio de

Almanaque datas comemorativas

11 Dia do Arquiteto

13 Dia do Cego

16 Dia do Reservista

AVONC A C I A

Luciane Trevisol Pinheiro

OAB/RS 52.799

Douglas T. Pinheiro

OAB/RS 76.679

Direito Previdenciário,
aposentadorias e pensões

Rua: Tapuias 138 Tte. Portela

Fone: 3551 1480

AVONT FOTO DIGITAL

Fotos e filmagens com
preços especiais para
casamentos.

Av. Santa Rosa, 27

Fone: 3551 1020



Itapema
você merece vestir bem

O Boticário

Você pode ser o que quiser

Av. Santa Rosa. 235

EMERGÊNCIA GERAL

Tenente Portela, Barra do Guarita, Derrubadas, Vista Gaúcha, Miraguai, Redentora e Coronel Bicaco estão com os decretos de situação de emergência assinados pelos prefeitos aguardando a homologação. Principal motivador é a chuva, seja em forma de enchentes ou de temporais.

A Amucelcero juntamente com a Defesa Civil Estadual auxilia as administrações municipais na elaboração da Avaliação de Danos (AVADAN) que serão enviados para o governo federal objetivando a liberação de recursos para os municípios atingidos. Matéria na página 05

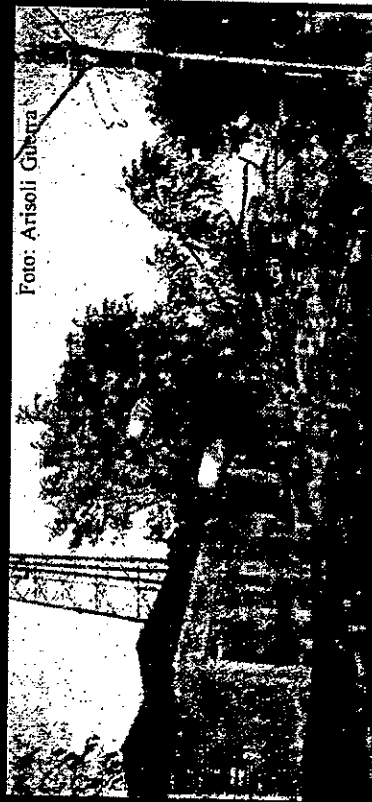


Foto: Aisoli Guerra

Foto tirada na Avenida Ijuí no centro de Miraguai na segunda-feira, dia 30, quando o temporal atingiu a região

Nosso Leitor

Délio Demari
Téc. em Informática

Jornal PROVINCIA

O JORNAL MAIS LIDO DA REGIÃO CELEIRO

ROTA DO YUCUMÃ, SEXTA-FEIRA, 11 a 17 de dezembro de 2009

ANO XXII Nº 723

Fundado pelo jornalista **Jalmo Forniari** em 31 de março de 1986.
Filiado a Associação dos Jornais do Rio Grande do Sul.

Tenente Portela, Vista

Gaúcha, Derrubadas,

Miraguai, Erval Seco,

Dois Irmãos das Missões,

Três Passos, Barra do

Guarita, Redentora,

Coronel Bicaco, Campo

Novo, Branga, Santo

Augusto e Palmitinho

R\$ 1,50



Fls. 001668

Pub:

SIGW:SM

Expotempo... atraiu a região para

fortes e chuvas intensas atingiu a região.

Tenente Portela teve um dos piores inícios de semana de toda a história. Clareava o dia de segunda-feira, 30 de novembro, quando os ventos começaram soprar sobre todo o município. Foram cerca de 30 minutos de vendaval com ventania que chegou aos 100 km/h.

De acordo com a Defesa Civil Municipal mais de mil

cidade também registraram estragos. A administração municipal distribuiu lo

para as famílias que tiveram suas moradias destelhadas.

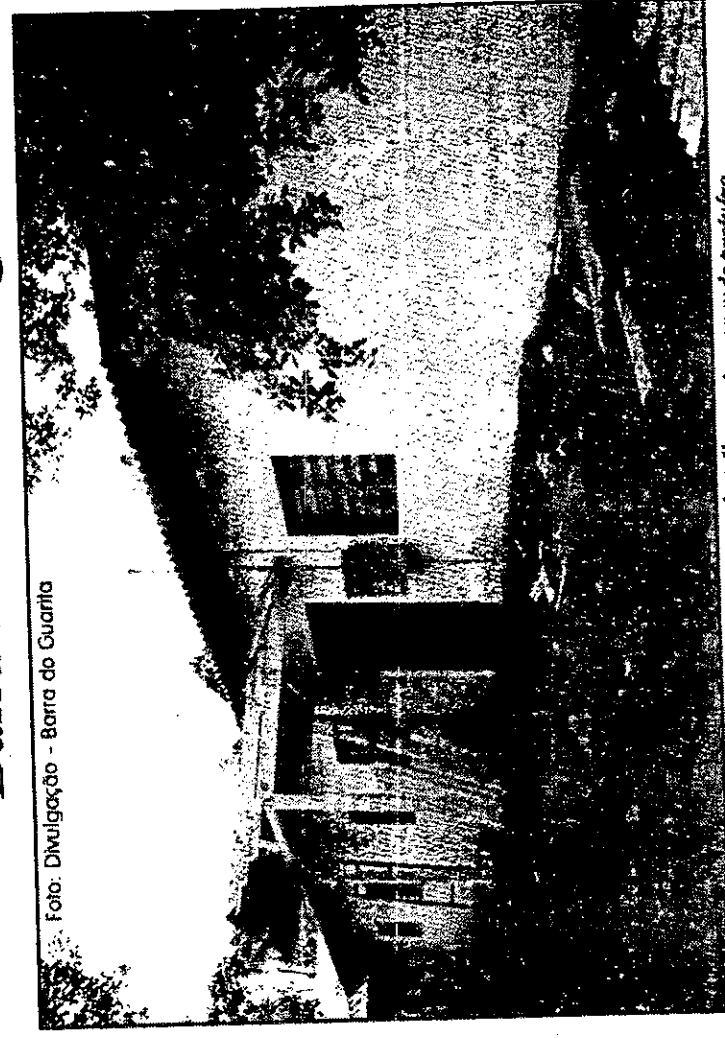
Ainda na segunda-feira, o prefeito municipal Clairton Carboni, esteve em Porto Alegre na chefia da Defesa Civil Estadual solicitando materiais para os atingidos. Na última quarta-feira, dia 02, chegou ao município uma carga com 800 telhas de cimento

lou que serão adquiridas com recursos próprios, 1,5 mil folhas de basalto. Destes, 500 já estão sendo distribuídas e o restante deverá estar a disposição a partir da próxima segunda-feira.

Na tarde de quinta-feira, aconteceu a entrega de 1,3 mil telhas de cimento amianto. Os critérios para distribuídos foram determinados

Barra do Guarita registrou estragos no interior do município

Foto: Divulgação - Barra do Guarita



Salão Paroquial registrou o destelhamento e grande prejuízo

Editoria Local

Tenente Portela

O temporal também chegou até Barra do Guarita. De acordo com a Defesa Civil

Municipal, diversas casas foram destelhadas no interior do município e tiveram perdidas em itens da mobília. Vários estragos em eletrodomésticos e eletrônicos foram registrados. Algumas estradas interioranas tiveram o trânsito suspenso e com isso não teve transporte escolar

Estufas e lavouras no interior também registraram estragos

Estufas e lavouras no interior do município

Foto: Divulgação - Barra do Guarita



Algumas estradas do interior tiveram o trânsito suspenso na segunda-feira

na manhã da última segunda-feira.

Na cidade, o maior estrago foi notabilizado no salão Católico pois o vento arran-

cou sem energia elétrica voltando ao normal o fornecimento por volta das 23 horas. Já as telefonias voltaram a funcionar na terça-feira

Enchente ocasiona decreto de situação de emergência em Barra do Guarita

ria Local

nte Portela
incidência de chuvas que atin-
n a região nas últimas semanas,
e inúmeros prejuízos para Bar-
o Guarita. Conforme informa-
da administração municipal,
os pontos do município ficaram
alagados, inclusive residências, além
danos em estradas, entupimento
de rios e queda de barreiras.
Funcionários da prefeitura mu-
nicipal fizeram a retirada de vários
habitantes das suas residências e
os pontos de risco ficaram
sobre aviso. De acordo com o
prefeito do Executivo guaritense, Cé-
lso Paier, nesta quarta-feira foi
editado o documento de decreto
de situação de emergência.

Conforme dados da Defesa Civil
municipal, em Barra do Guarita o ín-
dice pluviométrico chegou a 280



Oito famílias foram retiradas de suas residências por causa da enchente

milímetros, mas na localidade de
Cotovelo do Parizinho atingiu 400
milímetros, revelou o prefeito.

Paier disse que oito famílias fo-

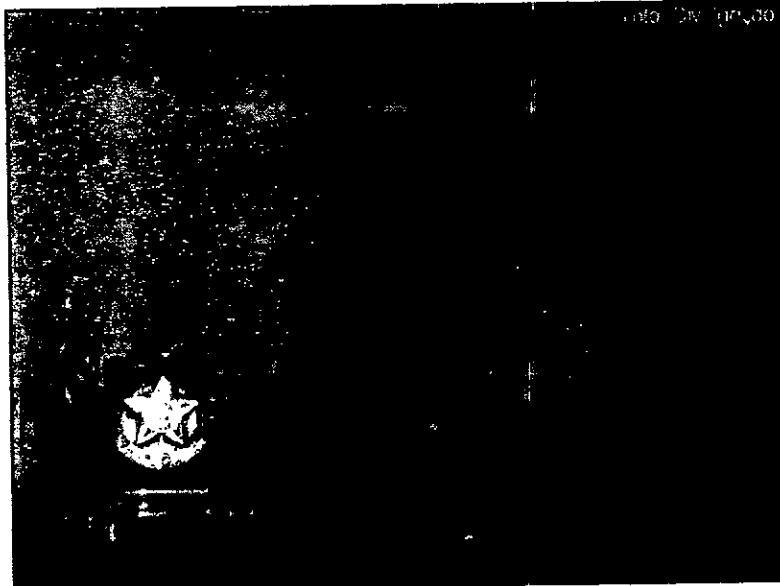
ram removidas. O Corpo de Bom-
beiros de Itapiranga-SC alertou que
o nível do Rio Uruguai continua ele-
vado.

Prefeito Locatelli é agraciado com prêmios

da Gaúcha

Assessoria de Comunicação
São três, os títulos que o prefeito
Claudemir Jose Locatelli, recebeu no
decorrer deste ano por reconheci-
mento do seu trabalho desenvolvido no
município de Vista Gaúcha e região.
Os prêmios são em nível de Estado e mu-
nicipal.

O prêmio Profissional Nota 10, é
uma parceria do jornalista Saul Jú-
lio, Lester Comunicações e Clube
de Comércio de Porto Alegre, e bus-
ca dar o devido reconhecimento aos
profissionais liberais por sua atua-
ção dedicada e eficiente, e que pas-
sa a integrar a relação dos profissio-
nais com atuação positiva e compe-
tente que este ano foi lembrado e
será homenageado. Já o Instituto Ti-
tulos, concedeu-lhe a "Comen-
dação Presidente Getúlio Vargas", que é
conferida apenas mediante critério
de seleção de políticos com aprova-
ção na mencionada pesquisa e que
possuam ilibada reputação ético-



Prefeito municipal Claudemir José Locatelli

moral e significativos trabalhos pres-
tados a comunidade. E o prêmio
Êxito Administrativo, do Congresso
Nacional de Prefeitos do Brasil, ou-
torga esta, destinados a administra-
dores públicos que são destaques
em nível nacional. Essa premiação,

inédita no Brasil, vem valorizar o
empenho na esfera municipal, dos
seus respectivos administradores
para o engrandecimento da nação,
bem como, para a otimização da
qualidade de vida da população lo-
cal.

UNIVERSITÁR



Direito promove palestra Adriano Zanotto

O curso de Direito da FAI Facul-
dade de noite desta quarta-feira (28) pa-
ra Vereadores. A coordenadora do
curso, Cagliari salienta que os enco-
ntres possibilitam aos acadêmicos adquirir
experiência profissional quando estiverem for-
mados, assim como outras palestras e encon-
tros nos próximos meses com os ace-
dantes.

O Presidente da FAI Faculdade
de Direito dos eventos promovidos
participação dos acadêmicos. D
Faculdades receber o advogado
de Itapiranga, visando re-
parar os acadêmicos, oferecendo
serviços advocatícios que irão se for-
mular.

O advogado Adriano Zanotto
da instituição. Também agradeceu
ter feito contato com ele para que v-
ria de Direito da FAI Faculdades. O
tema: OAB e a Advocacia. Adri-
ano, graduado pela Universidade Fe-
deral de Porto Alegre, atuando como advogado desde 1980
para preparação para magistério
da Comissão do Direito
de 1992, entre outras, além de
palestras e homenagens rece-
bidas em vários anos.

Além dos acadêmicos de D
da FAI Faculdades, também ac-
ticiparam os Basílio Soethe e Nilo Berv

Professor de Direito pale

Na manhã do último dia 27
de abril dos Santos, representando
Faculdades de Itapiranga, proferiu
palestra Doméstica Contra a Criança e
na Igreja Matriz do Município
aos professores da rede públi-
ca do município.

Dentre os temas abordados
aconteceu contra a criança e o
adulto em todas as classes socia-
is ou mesmo na rua. Nesse senti-
do de identificar quando uma cri-
ança sofre algum tipo de violência, sendo

Programa Luz Para Todos capacita

professores indígenas da Tenente Portela



Julierme Godoi
Empresário

YUOVIMCOA

O JORNAL MAIS LIDO DA REGIÃO CELEIRO

RS 1,50

Tenente Portela, Vista Gaúcha, Derrubadas, Miraguaí, Erval Seco, Dois Irmãos das Missões, Três Passos, Barra do Guarita, Redentora, Coronel Bicaco, Campo Novo, Braga, Santo Augusto e Palmitinho

Fundado pelo jornalista *Jalmo Fornari* em 31 de março de 1986. Filiado a Associação dos Jornais do Rio Grande do Sul.

=> ROTA DO YUCUMÁ, SEXTA-FEIRA, 30 de abril de 2010 => ANO XXIII => Nº 741



Luciane Trevisol Pinheiro
OAB/RS 52.799
Douglas T. Pinheiro
OAB/RS 76.679
Direito Previdenciário,
aposentadorias e pensões
Rua: Tapuias 138 Tte. Portela
Fone: 3551 1480

AVONT FOTO DIGITAL

Fotos e filmagens com
preços especiais para
casamentos.

Av. Santa Rosa, 27
Fone: 3551 1020



Itapema
você merece vestir bem

O Boticário

Você pode ser o que quiser

Av. Santa Rosa, 235
Tenente Portela - RS

Barra do Guarita em emergência por causa da enchente

Pág. 04

